



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
DO EXERCÍCIO DE 2014**

Vitória – Abril/2015



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 integrante da Prestação de Contas do Governador, apresentado ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos termos da Instrução Normativa TCEES nº 28/2013

Vitória – Abril/2015

## **APRESENTAÇÃO**

O presente relatório tem por objetivo abordar o desempenho e a conformidade da gestão do Governo do Estado do Espírito Santo no exercício de 2014, no tocante aos aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, em relação à legislação em vigor.

Este documento está organizado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCEES nº 28, de 26 de novembro de 2013, a qual dispõe sobre a composição e a forma de envio das prestações de contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.

As informações contábeis que integram o presente relatório foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - SIGEFES e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## 1. Atendimento aos Limites Constitucionais

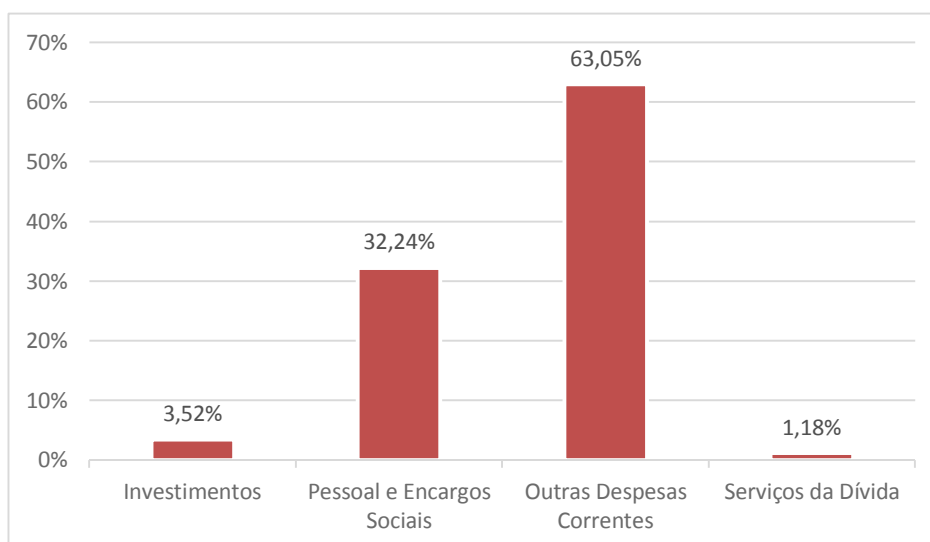
Em 2014, o Estado do Espírito Santo cumpriu os limites mínimos constitucionais de aplicação em saúde e educação. Para fins de sua verificação, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos (RLI), que agrega todas as receitas de impostos e transferências constitucionais, deduzidos os repasses aos municípios. Em 2014, a RLI foi de R\$ 8,926 bilhões (R\$ 8,566 bilhões em 2013).

### 1.1. Saúde

Em 2014, foram aplicados em despesas com saúde mais de R\$ 2,358 bilhões (R\$ 1,954 bilhão em 2013), tais como gastos com equipamentos, obras, manutenção de hospitais públicos, convênios com hospitais terceirizados, municipais e filantrópicos, além de organizações sociais, dentre outras despesas.

Os gastos com manutenção e custeio dos serviços públicos em saúde totalizaram R\$ 2,255 bilhões (R\$ 1,879 bilhões em 2013), sendo que a folha de pagamento dos servidores ativos consumiu R\$ 760,39 milhões (R\$ 611,892 milhões em 2013) em despesas com pessoal e encargos sociais, e as outras despesas correntes totalizaram R\$ 1,487 bilhão (R\$ 1,26 bilhão em 2013). Os investimentos em saúde foram de R\$ 83,55 milhões (R\$ 56,5 milhões em 2013), representando um aumento de 48% em relação ao ano anterior. A distribuição desses recursos pode ser visualizada no gráfico 01:

**Gráfico 01: Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - 2014**



Para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional, que tem em conta basicamente as despesas custeadas com recursos de impostos, em 2014 foram consideradas despesas no valor de R\$ 1,648 bilhão (R\$ 1,366 bilhão em 2013), representando 18,47% da receita líquida de impostos (15,95% em 2013). Esse percentual aplicado em saúde é 6,47 pontos percentuais superior ao mínimo constitucional exigido.

É importante destacar que não estão sendo consideradas as despesas com o pagamento dos inativos da Saúde no cálculo do mínimo constitucional.

**Tabela 01: Aplicação do Mínimo Constitucional em Saúde em 2014 e 2013 (R\$ milhões)**

Saúde	2014		2013	
	Valor	% RLI	Valor	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 77, ADCT, CF/88)	1.071	12	1.028	12
Despesas consideradas	1,648	18,47	1,366	15,95

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

## 1.2. Educação

Em 2014, o Governo Estadual aplicou R\$ 2,882 bilhões (R\$ 2,59 bilhões em 2013) na construção, na ampliação, na reforma e na manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e também na remuneração do magistério, incluindo o resultado líquido das transferências do FUNDEB.

Os investimentos na educação em 2014 foram 47,15% superiores aos do ano de 2013, totalizando R\$ 181,725 milhões (R\$ 123,493 milhões em 2013). Os gastos com custeio e manutenção dos serviços públicos em educação somaram R\$ 1,908 bilhão (R\$ 1,721 bilhão em 2013), sendo que os gastos com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 1,456 bilhão (R\$ 1,334 bilhão em 2013) e as outras despesas correntes somaram R\$ 452,316 milhões (R\$ 387,059 milhões em 2013), conforme apresenta a tabela a seguir:

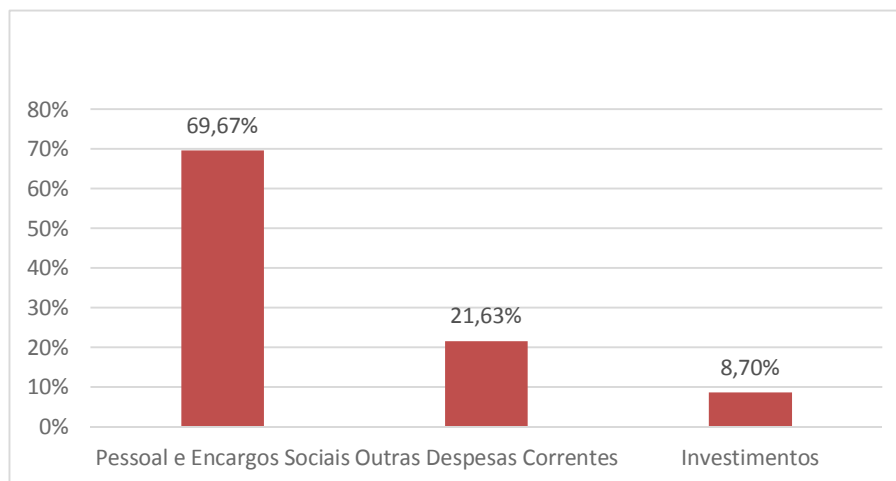
**Tabela 02: Despesas na Função Educação em 2014 e 2013 (R\$ milhões)**

Despesas na Função Educação	2014		2013		Variação % 2014/2013
	Valor	%	Valor	%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.456	69,67	1.334	72,32	9,15
Outras Despesas Correntes	452	21,63	387	20,98	16,8
Investimentos	181,73	8,7	123,49	6,7	47,15

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

Já o gráfico abaixo ilustra a participação das despesas na função Educação no ano de 2014:

**Gráfico 02: Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 2014**



Em 2014, o Estado do Espírito Santo repassou ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB o valor de R\$ 1,673 bilhão (R\$ 1,616 bilhão em 2013). No entanto, retornou para o Tesouro do Estado apenas R\$ 880,917 milhões (R\$ 855,938 milhões em 2013), ocasionando uma perda de R\$ 792 milhões (R\$ 759 milhões em 2013).

Cabe destacar que os recursos do FUNDEB que não retornam ao Tesouro do Estado são distribuídos entre os municípios capixabas, pois o Fundo é formado com recursos do Estado e dos municípios, e a redistribuição desses recursos ocorre de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Dos recursos do retorno do FUNDEB, 79,75% foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (82,19% em 2013), atendendo assim

ao disposto no artigo 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que determina que o percentual não pode ser inferior a 60%.

Na apuração do mínimo constitucional, são considerados os recursos provenientes dos impostos aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino mais a perda que o Estado tem na transferência dos recursos do FUNDEB. Para fins do limite constitucional, foram levadas em conta despesas no valor de R\$ 2,637 bilhões (R\$ 2,455 bilhões em 2013), perfazendo um total de 29,55% da receita líquida de impostos (28,66% em 2013).

## **2. Atendimento aos limites estabelecidos pela LRF**

Em 2014, o Estado do Espírito Santo cumpriu os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias, assim como inscrição dos restos a pagar.

Para verificação dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida – RCL, que compreende todas as receitas correntes do Estado, tais como: receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos municípios e ao FUNDEB, bem como as contribuições dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, e as restituições de receitas. Em 2014, a RCL totalizou R\$ 11,798 bilhões (R\$ 10,561 bilhões em 2013), o que representou um incremento de 11,71% em relação a 2013.

### **2.1. Despesa com Pessoal**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

A LRF, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, versa sobre os limites de despesa com pessoal, previstos na Constituição Federal, e estabelece os limites de despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

A tabela abaixo demonstra que, em 2014 e em 2013, o Estado do Espírito Santo cumpriu o limite legal estabelecido pela LRF para as Despesas com Pessoal.

**Tabela 03: Limites da Despesa com Pessoal**

Especificação	2014	2013	Variação 2014/2013	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	43,33%	42,42%	2,15%	49%	46,55%	44,1%
Consolidado Geral	52,42%	51,69%	1,41%	60%	57%	54%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Em 2014, as despesas com pessoal consolidadas do Estado do Espírito Santo, para fins da LRF, representaram 52,42% da Receita Corrente Líquida, ficando abaixo dos limites Prudencial e de Alerta. Sua variação de 2013 para 2014 foi positiva, representando um aumento de 1,41%.

Da mesma forma, as despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 43,33% da RCL, não ultrapassando os limites Prudencial e de Alerta. Em termos de representatividade no que diz respeito à RCL, as despesas aumentaram a sua participação em 2,15% no ano de 2014.

## **2.2. Dívida Consolidada Líquida – DCL**

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos Estados deve estar limitado a duas vezes a Receita Corrente Líquida anual.



A tabela abaixo apresenta o resumo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, nos exercícios de 2014 e 2013, o qual expõe que, em 2014, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$ 3,182 bilhões, correspondendo ao percentual de 26,97% da RCL (24,45% em 2013) e atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

**Tabela 04: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida em 2014 e 2013 (R\$ milhões)**

Dívida Consolidada Líquida	2014		2013	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	23.596	200	21.122	200
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	3.182	26,97	2.582	24,45

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os Poderes do Estado e compõe o Relatório de Gestão Fiscal, com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema.

### **2.3. Operações de Crédito**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 29, inciso III), a Operação de Crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Conforme a Resolução nº 43/2001, artigo 7º, inciso I, do Senado Federal, o limite para operações de crédito internas e externas é de 16% sobre a Receita Corrente Líquida, e o limite para operação de crédito por antecipação da receita é de 7% sobre a RCL.

Em 2014, foi liberado um montante de R\$ 855,353 milhões em recursos de Operações de Crédito Internas e Externas. Desse total, aproximadamente 70% dos

recursos liberados foram provenientes das Operações de Crédito Internas, com destaque para as liberações a título do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES de que trata o Programa Especial de Apoio aos Estados (BNDES Propae), que representaram aproximadamente 63% dos valores totais recebidos.

As operações de crédito internas e externas do Estado, consideradas para fins de verificação do limite acima citado, totalizaram R\$ 1,530 bilhão em 2014 (R\$ 961,31 milhões em 2013) e representaram 8,58% da Receita Corrente Líquida (6,05% em 2013). No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.

Vale lembrar que, conforme estabelece a referida resolução, não são consideradas, para fins de verificação do limite, as operações de crédito contratadas pelos estados, com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

A tabela abaixo demonstra que no percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito realizadas, em relação à Receita Corrente Líquida, o Estado atendeu ao disposto na Resolução nº 43/2001, ficando abaixo do limite estabelecido.

**Tabela 05: Operações de Crédito em 2014 e 2013 (R\$ milhões)**

Operações de Crédito	2014		2013	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal para Operações Internas e Externas	1.888	16	1.690	16
<b>Operações de Crédito Internas e Externas</b>	755	6,4	735	6,96
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	826	7	739	7
<b>Operações de Crédito por Antecipação de Receita</b>	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

## 2.4. Garantias e Contragarantias

O saldo de garantias concedidas pelo Governo do Estado, ao final de dezembro de 2014, foi de R\$ 20,595 milhões, representando 0,17% da RCL e atendendo ao limite máximo de 22%, estabelecido pelo artigo 9º da Resolução do Senado nº 43/2001.

**Tabela 06: Garantias concedidas em 2014 e 2013 (R\$ milhares)**

Garantias Concedidas	2014		2013	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	2.595.624	22	2.323.445	22
<b>Total de Garantias</b>	20.595	0,17	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

## 2.5. Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Para a inscrição de despesas em restos a pagar, o ente público deve comprovar que possui recursos disponíveis para honrar os compromissos e observar se os recursos são legalmente vinculados à finalidade específica para a qual serão utilizados.

Em 2014, o Estado do Espírito Santo inscreveu em restos a pagar o montante de R\$ 416,353 milhões (R\$ 658,482 milhões em 2013), sendo R\$ 195,077 milhões processados e R\$ 221,276 milhões não processados.

A disponibilidade de caixa bruta de recursos ordinários menos as obrigações financeiras correspondentes totalizou, em 2014, aproximadamente R\$ 294 milhões (após a inscrição dos restos a pagar processados e antes da inscrição dos restos a pagar não processados). Após a inscrição dos restos a pagar não processados, a disponibilidade financeira restante de recursos ordinários foi de R\$ 204,929 milhões.

Na apuração das disponibilidades de caixa líquidas de que trata o parágrafo acima, não foram computadas as despesas realizadas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária, cujo levantamento realizado pela Secretaria

de Estado de Controle e Transparência – SECONT, em cumprimento à Portaria SECONT nº 001-R, de 09 de janeiro de 2015, apontou o montante de R\$ 295,966 milhões, conforme detalhamento abaixo:

**Tabela 07: Valores de despesa sem empenho (R\$)**

Fonte	Valor
Caixa Tesouro	41.613.997,07
Caixa Tesouro / Rec. Próprios (0271)	552.213,02
Convênios (Caixa Tesouro)	91.053.944,64
Convênio com a União (0133)	14.520,00
0142-9 (BNDES/Transcol IV)	415.000,00
MDE / FUNDEB	5.486.730,10
FTE 0135	55.782.361,32
FTE 0104	99.177.182,92
Rec. Próprios (0271)	795.502,92
671 – Sup. Financeiro – Arrec. pelo Órgão	270.000,00
Fonte de recursos não informada	804.494,63
<b>Total</b>	<b>295.965.946,62</b>

Fonte: SECONT (Levantamento Preliminar)

### 3. O Cumprimento das Metas Estabelecidas na LDO

A Lei 10.067/13 - LDO 2014 estabeleceu as metas fiscais para o triênio 2014-2016 e as diretrizes para a elaboração do orçamento referente ao exercício de 2014, que podem ser adequadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

A receita total orçada na LOA para 2014 foi estimada em R\$ 15,502 bilhões, superior à receita total prevista inicialmente na LDO, de R\$ 14,263 bilhões, e a realizada foi de R\$ 15,003 bilhões. Em relação à despesa, na LOA 2014 a dotação inicial foi de R\$ 15,502 bilhões, já a prevista na LDO foi de R\$ 13,408 bilhões, e a efetivamente empenhada em 2014 foi de R\$ 15,156 bilhões.

O resultado primário é obtido a partir das receitas primárias, subtraídas das despesas primárias, cuja metodologia de cálculo consiste em deduzir da receita total as receitas de rendimentos financeiros, operações de crédito e alienação de bens, e da despesa total o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, conforme

demonstrativo a seguir elaborado em relação ao exercício de 2014 (em R\$ milhares) e com base nos critérios de apuração estabelecidos na LDO 2014:

**Tabela 08: Resultado Primário – 2014 (R\$ milhares)**

Especificação	2014	
	Meta	Realizado
1 – RECEITA TOTAL	14.263.817	15.003.851
2 – DEDUÇÃO DA RECEITA	1.859.355	1.315.173
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	320.070	457.734
ALIENAÇÃO DE BENS	4.613	2.086
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.534.672	855.353
3 – RECEITAS PRIMÁRIAS (1 – 2)	12.404.462	13.688.678
4 – DESPESA TOTAL	13.407.988	15.156.024
5 – DEDUÇÃO DA DESPESA	532.506	478.975
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	292.846	250.537
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	239.661	228.438
6 – DESPESAS PRIMÁRIAS (4 – 5)	12.875.482	14.677.049
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (3 – 6)</b>	<b>(471.020)</b>	<b>(988.371)</b>

Fonte: GEPOF/SUBSET/SEFAZ

A meta de Resultado Nominal representa a variação da Dívida Fiscal Líquida de um período (um ano) em relação ao imediatamente anterior. No exercício de 2014, a meta prevista na LDO para o resultado nominal era de R\$ 1,381 bilhão, e o valor realizado foi de R\$ 751 milhões.

O quadro a seguir demonstra os valores previstos e realizados para o resultado primário e nominal do exercício de 2014:

**Tabela 09: Resultado Primário x Resultado Nominal – 2014 (R\$ milhares)**

Especificação	2014				VARIÇÃO	
	PREVISTAS *	% PIB (ES)	REALIZADAS (B)	% PIB% ES	VALOR (C = B – A)	% (D = (C/A) X 100)
RECEITA TOTAL	14.263.817	11,57	15.003.851	12,18	740.034	5,19
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	12.404.462	10,07	13.688.678	11,11	1.284.216	10,35
DESPESA TOTAL	13.407.988	10,88	15.156.024	12,30	1.748.036	13,04
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	12.875.482	10,45	14.677.049	11,91	1.801.567	13,99
RESULTADO PRIMÁRIO (III = II – I)	(471.020)	(0,38)	(988.371)	(0,80)	(517.351)	109,84
RESULTADO NOMINAL	1.381.352	1,12	751.497	0,61	(629.855)	(45,60)

Fonte: SEFAZ

\* LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 10.067, DE 07.08.2013 (LDO 2014)

#### **4. O cumprimento dos programas previstos na LOA e sua consonância com a LDO e o PPA**

As informações acerca do cumprimento dos programas previstos na LOA e sua consonância com a LDO e o PPA encontram-se disponíveis em anexo (item 01-02-RELGES – 01).

#### **5. Precatórios Estaduais – inscrição, baixa e pagamentos**

No âmbito do Governo do Estado, a Procuradoria Geral do Estado – PGE é o órgão que acompanhada toda a fase de execução judicial contra a Fazenda Pública, até a quitação do respectivo débito, promovendo, ainda, a revisão e atualização de cálculos de todos os precatórios expedidos em desfavor do Estado.

Ressalte-se ainda que, em decorrência de trabalho desenvolvido pelo referido órgão, obteve-se êxito em reduzir o valor total executado em face do Estado, tendo em vista que no ano de 2014 foram depositados valores suficientes para liquidar 99% do estoque de precatórios do Estado, excetuados os precatórios da trimestralidade, que estão suspensos por força de decisão judicial.

Encaminhamos em anexo o relatório de inscrição, baixa e pagamentos de precatórios do Governo do Estado referente ao exercício de 2014.

#### **6. Gastos com publicidade**

Os gastos com publicidade dos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Governo do Estado do Espírito Santo, em 2014, totalizaram um montante de R\$ 101.642 milhões. Segue abaixo o demonstrativo, de forma consolidada, das despesas com ações de publicidade e propaganda, incluídos os gastos com publicidade institucional, legal, e de utilidade pública:

**GASTOS COM PUBLICIDADE - 2014**

Unidade Gestora	Despesas Orçamentárias Pagas (R\$)
010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	50.817,95
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	15.325,82
030901 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ES	113.481,70
050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	387.026,35
100101 - SECRETARIA DA CASA CIVIL	15.961,50
100102 - SECRETARIA DA CASA MILITAR	29.007,21
100103 - SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	31.322,37
100104 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	19.867.686,53
100109 - SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	631.826,29
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	104.694,66
100901 - FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS	2.400,00
160101 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	52.073,20
180901 - FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	179.764,08
190101 - VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	2.303,96
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	1.080.704,32
220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	57.896,17
220901 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO	3.787,00
270101 - SECRETARIA DE EST DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	1.427.551,83
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	97.902,06
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	1.280.932,90
280201 - ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	267.311,41
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	195.645,50
280203 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ES	62.442,09
300101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	1.329.894,36
300201 - SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	24.831,05
300203 - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	46.318,31
300204 - AGÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA DO ESTADO ESPÍRITO SANTO	123.218,98
300205 - AGÊNCIA DE DESENV. DAS MICRO E PEQ. EMP. E DO EMPREENDEDORISMO	3.742.314,72
310101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,ABASTECIMENTO,AQUIC. E PESCA	3.912.049,31

310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	250.998,96
310202 - INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	630.600,88
310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	53.620,69
320101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., EDUCAÇÃO PROF. E TRAB.	4.535.687,72
320202 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	203.361,29
350101 - SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	2.304.371,54
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2.479.755,48
350207 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	13.739.449,83
350208 - INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	104.407,17
360101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENV. URBANO	1.317.055,33
360203 - AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRA. VIÁRIA DO ES	99.671,87
360204 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	61.563,84
370101 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	2.558.978,36
390101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	9.740.614,32
400101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	2.375.186,80
400102 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	138.804,35
410101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.340.124,44
410201 - INSTITUTOS ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	2.244.330,55
410202 - AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	18.000,00
420101 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	5.614.849,31
420201 - FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	547.086,74
440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	7.764.443,98
440910 - HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	17.639,08
440911 - HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA	100.027,50
440912 - HOSPITAL ADAUTO BOTELHO	3.846,11
440913 - CENTRO DE REABILITACAO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	13.283,48
440914 - HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS	73.107,13
440915 - HOSPITAL SÃO LUCAS	137.035,58
440916 - HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS	133.882,90
440917 - HOSPITAL DOUTOR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES	74.934,63
440918 - CENTRO DE ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO ARISTIDES ALEXANDRE CAMPOS	3.374,55



440920 - HOSPITAL DOUTORA RITA DE CASSIA	10.622,61
440921 - UNIDADE INTEGRADA JERÔNIMO MONTEIRO	36.292,21
440922 - HOSPITAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO	5.950,75
440923 - HOSPITAL JOÃO DOS SANTOS NEVES	23.526,63
440924 - HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNADINO ALVES	94.651,57
440926 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CACHOEIRO ITAPEMIRIM	720,00
440927 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS	8.649,32
440928 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE COLATINA	30.240,15
450101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	3.350.590,24
450102 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	343.232,53
450103 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	145.192,62
450104 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	99.129,71
450105 - DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	69.723,55
450106 - COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	7.190,00
450901 - FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	2.088,98
450904 - FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIROS MILITAR DO ES	131.722,00
460101 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	947.675,52
460201 - INSTITUTO ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	445.094,72
460202 - INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	179.931,75
470101 - SECRETARIA ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	1.129.399,78
470901 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	250.850,80
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ES	512.861,20
<b>Total</b>	<b>101.641.922,68</b>

Fonte: SEFAZ

## **7. Atendimento das recomendações/determinações contidas nos Pareceres Prévios do TCEES**

O Parecer Prévio TC-056/2014, relativo à Prestação de Contas Anual do exercício de 2013, fez as seguintes recomendações:

- a) Registro de ajustes da dívida ativa de acordo com os princípios de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP; e
  
- b) Melhoria da qualidade da base de dados cadastrais por meio de recadastramentos periódicos dos servidores ativos, inativos e pensionistas a ser realizada pelo executivo e os poderes, levando em consideração, sobretudo, as informações essenciais para o cálculo atuarial.

Em relação à recomendação de registro do ajuste da dívida ativa, informa-se que, ao término do exercício de 2014, a “Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais da SEFAZ” promoveu o referido ajuste, conforme o quadro abaixo:

	2011		2012		2013	
	Recebimento mensal	Créditos Inscritos	Recebimento mensal	Créditos Inscritos	Recebimento mensal	Créditos Inscritos
jan	R\$ 3.359.851,74	R\$ 36.695.871,48	R\$ 6.026.183,79	R\$ 16.405.961,81	R\$ 5.574.587,94	R\$ 45.605.789,04
fev	R\$ 4.894.618,17	R\$ 24.300.176,59	R\$ 6.135.709,16	R\$ 52.092.301,51	R\$ 5.670.654,22	R\$ 36.095.773,06
mar	R\$ 6.277.960,95	R\$ 29.596.861,72	R\$ 6.891.465,65	R\$ 69.787.693,06	R\$ 5.495.876,84	R\$ 76.955.525,43
abr	R\$ 6.868.006,56	R\$ 76.218.364,84	R\$ 7.777.478,54	R\$ 42.312.733,22	R\$ 6.113.892,93	R\$ 143.621.604,59
mai	R\$ 5.070.583,51	R\$ 73.314.944,49	R\$ 6.683.511,77	R\$ 100.478.244,09	R\$ 6.060.751,95	R\$ 65.597.741,46
jun	R\$ 7.157.446,55	R\$ 81.362.824,83	R\$ 5.603.058,44	R\$ 38.124.169,69	R\$ 5.964.700,32	R\$ 67.134.302,04
jul	R\$ 5.863.966,80	R\$ 58.227.388,48	R\$ 6.708.327,58	R\$ 93.092.672,97	R\$ 6.350.084,45	R\$ 135.188.527,01
ago	R\$ 5.781.564,74	R\$ 331.042.226,11	R\$ 8.947.806,20	R\$ 134.529.287,66	R\$ 20.093.088,35	R\$ 235.598.589,31
set	R\$ 5.568.885,14	R\$ 51.615.597,17	R\$ 6.546.437,63	R\$ 17.208.978,48	R\$ 8.756.982,71	R\$ 77.581.504,32
out	R\$ 9.137.048,74	R\$ 48.791.759,16	R\$ 7.257.680,54	R\$ 46.228.977,61	R\$ 8.478.789,06	R\$ 52.805.885,82
nov	R\$ 5.946.235,77	R\$ 43.311.946,22	R\$ 5.829.128,75	R\$ 25.532.773,89	R\$ 6.946.306,62	R\$ 36.336.755,79
dez	R\$ 5.760.757,04	R\$ 141.288.703,61	R\$ 8.167.871,96	R\$ 71.302.075,80	R\$ 6.926.754,14	R\$ 151.669.157,41
<b>Total</b>	R\$ 71.686.925,71	R\$ 995.766.664,70	R\$ 82.574.660,01	R\$ 707.095.869,79	R\$ 92.432.469,53	R\$ 1.124.191.155,28
<b>Média</b>	R\$ 5.973.910,48	R\$ 82.980.555,39	R\$ 6.881.221,67	R\$ 58.924.655,82	R\$ 7.702.705,79	R\$ 93.682.596,27
<b>Média Ponderada de Recebimentos</b>	7,20%		11,68%		8,22%	
<b>Média % de Recebimentos</b>	9,03%					

Dívida Ativa - 2014	R\$ 832.826.240,28
Valores Inscritos em Dívida Ativa - 2014	R\$ 9.219.716.589,12
(-) Ajuste de perdas de Dívida Ativa - 2014	R\$ 8.386.890.348,84

Notas:

a) Não foram deduzidos da coluna "Créditos Inscritos" os valores cancelados de dívida ativa.

b) Para preenchimento das colunas "Recebimento mensal" e "Créditos Inscritos", foram tomados os saldos das contas contábeis do Plano de Contas do SIAFEM 513120200 (DÍVIDA ATIVA RECEBIDAS) e 623171001 (DÍVIDA ATIVA - INSCRIÇÃO).

Desta forma, foi baixado do ativo de dívida ativa da citada Unidade Gestora o valor de R\$ 8.386.890.348,84.

Em relação à outra recomendação, informa-se que buscou-se promover a melhoria da qualidade da base de dados cadastrais dos servidores do Governo do Estado.

## 8. O desempenho da arrecadação das receitas estaduais

A arrecadação estadual, composta da receita de ICMS, IPVA, ITCMD, TAXAS e outras receitas, registrou em 2014 um montante de R\$ 10.429.974.000,00 (dez bilhões, quatrocentos e vinte nove milhões e novecentos e setenta e quatro mil reais), o que representou um aumento nominal de 3,5%, em comparação a 2013. Esse aumento foi motivado pelo incremento de 15% nominais na arrecadação de Substituição Tributária, que representa, em média, 20% da arrecadação total de ICMS. Se compararmos a arrecadação de ICMS no ano de 2014 com o ano de 2013, verifica-se um crescimento nominal de 1,2%.

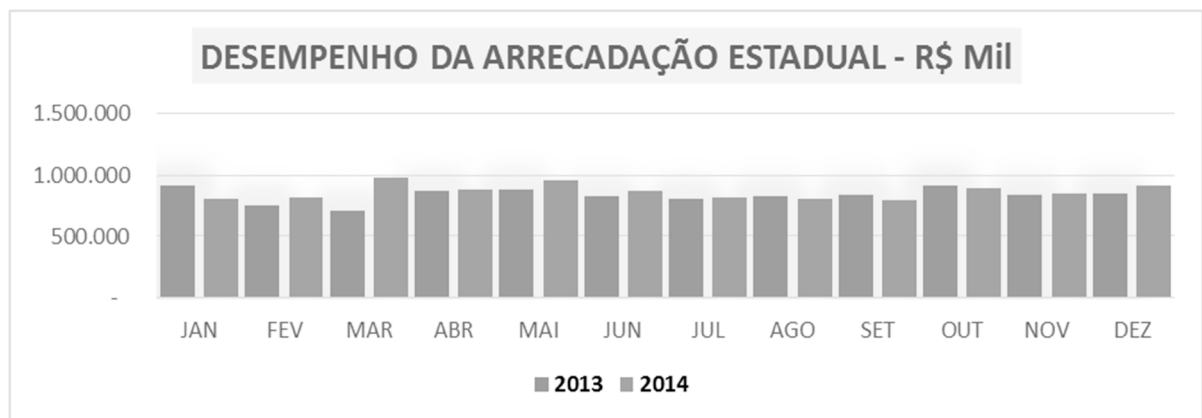
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>ICMS</b>	6.398.020	7.122.150	8.409.372	9.060.725	8.605.920	8.706.067
<b>IPVA</b>	294.789	313.445	345.119	380.769	382.187	423.605
<b>ITCMD</b>	19.055	20.709	24.625	31.557	36.597	50.792
<b>OUTRAS RECEITAS<sup>1</sup></b>	927.492	803.590	922.675	1.026.268	1.052.570	1.249.511
<b>TOTAL</b>	<b>7.639.357</b>	<b>8.259.894</b>	<b>9.701.791</b>	<b>10.499.319</b>	<b>10.077.274</b>	<b>10.429.975</b>
<b>ICMS Líquido</b>	<b>2.911.593</b>	<b>3.349.890</b>	<b>3.775.951</b>	<b>4.335.926</b>	<b>4.694.947</b>	<b>4.814.695</b>

Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI

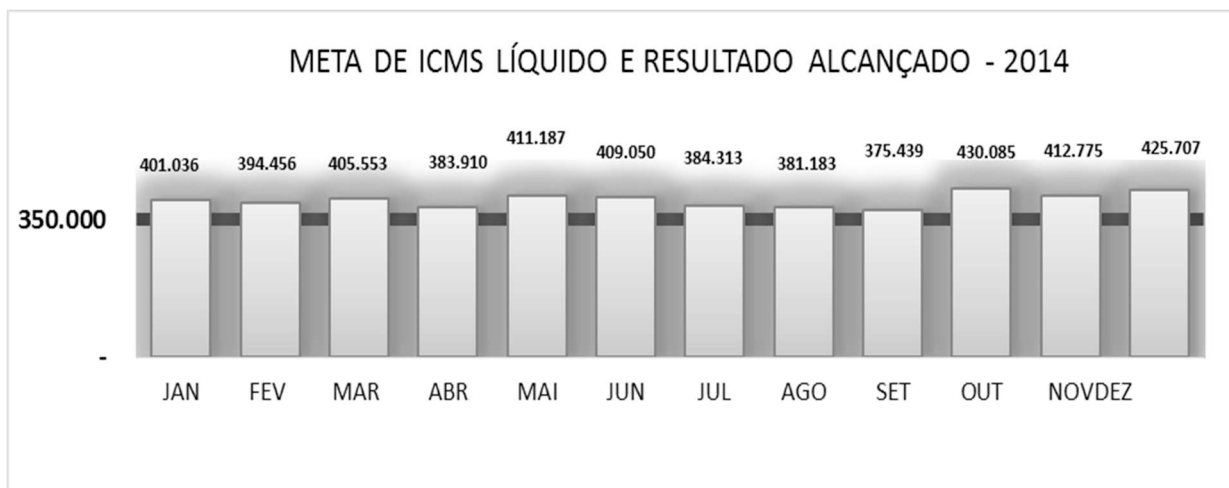
Nota: Valores em mil.

<sup>1</sup> Outras Receitas: composta por receita de contribuições, patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços, diversas, de capital e outras receitas correntes, exceto item Outras Receitas de ICMS.

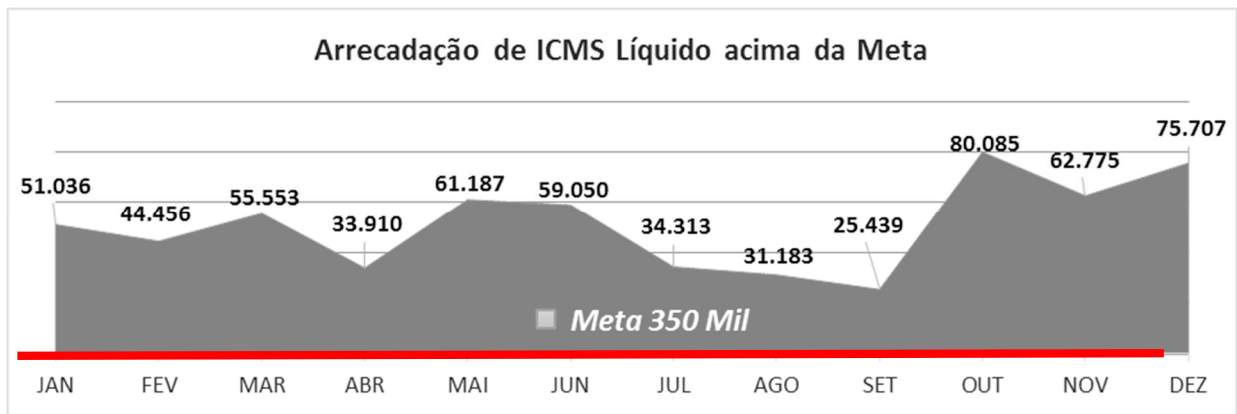
No gráfico abaixo, apresentamos o desempenho da arrecadação estadual, mês a mês, num comparativo 2014 / 2013.



Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI



Fonte: GEARC/SUBSER/SUPEF/SEIG/BI



Fonte: GEARC/SUBSER/SUPEF/SEIG/BI

### 8.1. Arrecadação de ICMS

A arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, em 2014, registrou um aumento nominal de 1,2%, quando comparado com o ano 2013.



Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI



Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI

Nota: Percentual do ICMS recolhido pelo Simples Nacional incluindo multa e juros.

## 8.2. Arrecadação de IPVA

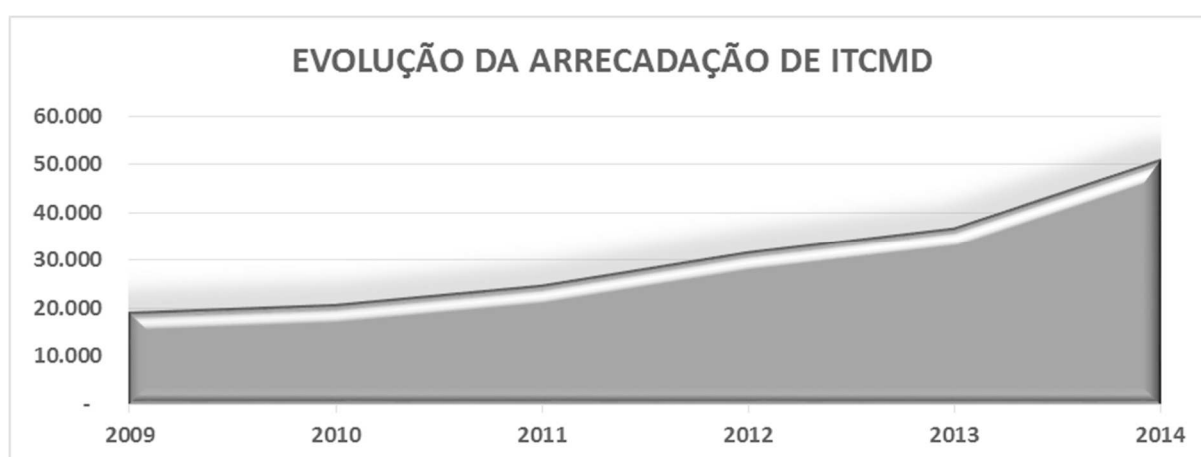
Conforme evidenciado no gráfico abaixo, a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, em 2014 foi de R\$ 423.605 milhões, registrando um crescimento nominal de 10,8%, se comparado com o ano de 2013. Comparando o exercício de 2014 com o exercício de 2009, o crescimento nominal foi de 43,6%.



Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI

### 8.3. Arrecadação de ITCMD.

Em virtude do maior controle e fiscalização, aliado aos investimentos em modernização tecnológica realizados pela SEFAZ, a arrecadação do ITCMD atingiu o montante de R\$ 50.792 milhões em 2014, representando um aumento nominal de 38,8%, se comparada com o ano de 2013. Na comparação do ano de 2014 com o ano de 2009, o incremento na arrecadação foi de R\$ 31 milhões, representando um crescimento nominal de 166,5%.



Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI

### 8.4. Outras Ações de Arrecadação e Cadastro

#### ✓ Débitos inscritos em Dívida Ativa.

Inscrição em Dívida Ativa de 6.646 débitos, que somaram R\$ 1,479 bilhão de reais.

#### ✓ Notificações de Débito Eletrônicas.

Emissão de 5.506 Notificações de Débito Eletrônicas- ND-e. Desse total, 1.951 foram quitadas ou parceladas, representando o ingresso imediato de R\$ 39,5 milhões nos cofres públicos, além dessas, 987 foram objeto de acordo de parcelamento, cujo valor lançado soma R\$ 86,4 milhões.

✓ **Edital de Intimação SUBSER nº 003/2014.**

Intimação de 6.629 contribuintes, por meio do Edital SUBSER nº 003, por deixar de apresentar a Declaração de Operações Tributárias- DOT do exercício 2014. Desse total, 4.542 inscrições estaduais foram suspensas do cadastro de contribuintes por não terem regularizado as pendências.

✓ **Edital de Intimação SUBSER nº 005/2014.**

Por meio do Edital SUBSER nº 005, foram intimados 2.595 contribuintes que haviam deixado de apresentar as DIEFs dos exercícios 2012 a 08/2014. Desse total, 564 inscrições estaduais foram suspensas do cadastro de contribuintes, por falta de regularização das pendências.

✓ **Projeto ITCMD**

Com base em Convênio firmado com a Receita Federal do Brasil - RFB, foram intimados no projeto piloto um total de 1.176 contribuintes para regularizar o pagamento do ITCMD relativo às doações declaradas em 2010 à RFB, com valor estimado de R\$ 10,1 milhões a recolher. Após o prazo previsto na correspondência, foram lavrados cerca de 507 autos de infração, alcançando o imposto e multa, perfazendo um total de R\$ 7 milhões.

## **8.5. Ações voltadas para a Fiscalização**

A SEFAZ, por meio da Gerência Fiscal - GEFIS, desenvolveu, no ano de 2014, projetos de monitoramento, planejamento, avaliação e controle das ações fiscais, além de efetuar operações em conjunto com outros órgãos, visando coibir a sonegação, as práticas ilegais e a concorrência desleal. Nesse período, foram concluídas 257 Ordens de Fiscalização, 1.463 Ordens de Serviço e 1.821 fiscalizações de baixa de inscrição estadual.



### **8.5.1. Ações de Fiscalização por Segmento Econômico**

#### **✓ Indústria**

No exercício de 2014, foram eleitos como foco para fiscalização os setores de curtumes, laticínios, siderurgia e confecções. Além desses foram selecionadas individualmente, empresas de grande representatividade econômica no ramo de petróleo e vinculadas, fiação, fabricação de bebidas, pedras, chocolates, entre outras.

Em 31/12/2014, havia 1950 contribuintes ativos no Cadastro de Atividade Fiscal (CAF) correspondente. Foram efetuadas 218 Ordens de Serviço e 71 Ordens de Fiscalização, com autuações de aproximadamente R\$ 325 milhões.

#### **✓ Atacadista**

Em 31/12/2014, este setor contava com 2.436 contribuintes ativos. Foram desenvolvidas várias rotinas específicas para análise e controle do setor, tendo sido concluídas: 171 Ordens de Serviço e 52 Ordens de Fiscalização, gerando autuações de aproximadamente R\$ 426 milhões.

#### **✓ Substituição Tributária**

Com o monitoramento dos setores econômicos que contemplam mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, foram alcançados os seguintes resultados (valores aproximados):

a) Arrecadação nos códigos de receita de substituição tributária - R\$ 2.170 bilhões (crescimento de 10,27% em relação a 2013);

b) Arrecadação das empresas internas credenciadas como contribuintes ST (por Termo de Acordo e Portaria) - R\$ 260 milhões (crescimento de 9,20% em relação a 2013);

c) Emissão de Ordens de Fiscalizações com base em informações obtidas monitoramento do setor - R\$ 91 milhões em autuações de débitos de ICMS-ST.

d) Análise de processos de concessão, alteração, baixa, suspensão e cancelamento de inscrição de contribuintes substitutos tributários de outras UFs, conforme quadro a seguir:

Inscrição Substituto					
Concessão	Alteração	Renovação	Indeferimento	Suspensão	Baixa
100	62	11	48	9	33

e) Análises com pareceres em 294 processos, com a concessão de 171 regimes especiais de credenciamento ST para empresas internas mediante portaria (art. 185, §7º do RICMS), incluindo as renovações.

f) Dos processos referentes ao estoque declarado de autopeças de julho de 2009 (Decreto 2.314-R, de 29.07.2009) 154 empresas, após cobrança administrativa (por e-mails e/ou telefonemas), pagaram espontaneamente a totalidade de seus débitos no valor de R\$ 385 mil e 58 empresas foram receberem autuações que somadas totalizaram em torno de R\$ 3 milhões; e

g) Acompanhamento quadrimestral das pesquisas de preços, elaboração da pauta de bebidas (Anexo V-A do RICMS) e participação no Fórum Sul-Sudeste (Protocolo ICMS 11/91).

#### ✓ **Receitas não tributárias**

Em 2014, o foco foi no aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e fiscalização, visando a otimização da arrecadação do setor, que alcançou

aproximadamente R\$ 1.800 bilhão. Foram desenvolvidos os seguintes projetos:

a) Implantação de sistemática de acompanhamento, monitoramento e fiscalização de participações governamentais oriundas da produção de petróleo e gás natural.

b) Iniciou-se tratativas com o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM- tendo em vista a celebração de convênio de cooperação técnica objetivando o conhecimento e posterior aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização da compensação financeira oriunda da exploração de minerais no estado, notadamente mármore e granito.

c) Reuniões com Estados produtores e respectivas procuradorias visando estudos e uniformização de propostas para alteração da apuração da participação especial em consulta e audiência pública na ANP, Rio de Janeiro, no mês de setembro, a fim de defender os interesses do Estado do Espírito Santo na questão da definição de Campo de Produção de Petróleo.

#### ✓ **Comunicação e Energia**

Das ações efetuadas com base no monitoramento deste setor, apresentamos os seguintes resultados:

a) Recolhimento espontâneo de imposto incidente em operações interestaduais de aquisição de energia elétrica, no valor de R\$ 1.265 milhão.

b) Fiscalizações em empresas de telecomunicações com autuações de R\$ 59 milhões.

c) Subsídio à PGE - Revisão de cálculos em processo de Execução de Sentença, envolvendo Demanda Contratada de Potência, com o pleito da empresa de restituir valor superior a R\$ 40 milhões. Após revisão dos cálculos pela Supervisão, o valor a ser restituído foi reduzido para 1,36% desse montante.

## ✓ **Combustível**

A arrecadação do setor de combustíveis em 2014 foi de R\$ 1.523 bilhão, com variação positiva de R\$ 143 milhões, que corresponde a 10,34% em relação a 2013.

## ✓ **Comércio Exterior**

Em 2014 iniciou o desenvolvimento do projeto SICCAT – Sistema de Controle de Créditos Acumulados e Transações, com perspectiva de entrega da parte de controle dos créditos para o primeiro semestre de 2015.

Em 2014, as empresas importadoras recolheram aos cofres do Estado aproximadamente R\$ 1 bilhão.

## ✓ **Simples Nacional**

Em 2013, as empresas optantes representavam 77,53% de nossa base de contribuintes ativos. Em 2014, dos 80.951 contribuintes ativos, 63.130 eram optantes do Simples Nacional, o correspondente a 79,99% de nossa base de contribuintes ativos.

A arrecadação de ICMS no Simples Nacional para o Estado, desconsiderando multa e juros, foi de aproximadamente R\$ 315 milhões, representando um aumento nominal de 5,04% em relação à arrecadação de 2013. Esse valor corresponde a 3,61% do ICMS total arrecadado, demonstrando um pequeno aumento da representatividade do ICMS-SN, que em 2013 foi de 3,47%.

Houve um aumento de 28,22% no número de MEIs no Estado, próximo do aumento da média nacional de 27,14%. Saímos de 95.023 em 2013, para 121.839 ao final de 2014.

### ✓ **Projetos Especiais**

Ao longo do ano de 2014, concentrou-se esforços no projeto Batimentos EFD, que fará o cruzamento sistêmico da EFD - Escrituração Fiscal Digital, encaminhada pelo contribuinte, com os arquivos eletrônicos disponíveis na base de dados da SEFAZ. As inconsistências serão disponibilizadas na Agência Virtual – AGV, possibilitando ao contribuinte a autorregularização, além de gerar relatórios de inconsistências, das informações apresentadas pelo contribuinte, possibilitando maior agilidade nos procedimentos que visem resguardar o erário.

### ✓ **Nota Fiscal Eletrônica**

Atualmente, o Estado do Espírito Santo possui 2.325 empresas emissoras de CT-e e 37 mil emissores de NF-e. Em 2014 foram autorizadas 37 milhões de NF-es, conforme quadro abaixo:

<b>NF-e de Saída</b>		
Quantidade Autorizada	Valor Total	Valor ICMS
R\$ 37.077.209	R\$ 264.302.165.687,93	R\$ 9.891.360.014,36

Em 2014, iniciou-se o projeto piloto de bloqueios de emissão de NF-e de contribuintes que simulavam operações de circulação de mercadoria com objetivo de gerar crédito de ICMS. Foram bloqueados 184 contribuintes, que haviam emitido em torno de 20.000 NF-es, com valores de operações que somados ultrapassavam R\$ 200 milhões.

### ✓ **Varejo**

Em 31/12/2014, o setor contava com 5.730 contribuintes ativos no Cadastro de Atividade Fiscal (CAF). Foram concluídas: 687 Ordens de Serviço, e 93 Ordens de Fiscalização, com autuações totais aproximadas de R\$187 milhões.

## ✓ **Produtos Primários e Transporte**

Em 31/12/2014, havia 1.810 contribuintes ativos nos Cadastros de Atividade Fiscal (CAF). Foram concluídas: 53 Ordens de Serviço, e 34 Ordens de Fiscalização, com autuações aproximadas de R\$ 405.500 milhões.

### **8.5.2. Operações Efetuadas em Conjunto com Outros Órgãos**

#### ✓ **Operação Sanguinello (SEFAZ/MPES/PM com colaboração do Estado de Minas Gerais)**

Ação promovida com objetivo de desarticular e colher provas relativas a uma organização criminosa que atuava no setor atacadista e varejista de bebidas em todo o Espírito Santo e Estados vizinhos, cujas ações em terras capixabas apontam para operações comerciais fraudulentas da ordem de R\$ 700 milhões.

Foram realizadas diligências fiscais e efetivação de ordens judiciais de sequestro de bens, ativos e valores supostamente desviados, visando à recuperação das quantias sonegadas.

Em razão da complexidade do esquema denunciado e o restrito número de auditores fiscais, ainda estão sendo efetuadas auditorias fiscais das operações mercantis suspeitas levantadas, tendo sido recuperados, até o momento, aproximadamente R\$ 11 milhões.

#### ✓ **Operação Bomba Integrada (SEFAZ/ANP/PROCON/IPEM)**

Operação de fiscalização de postos revendedores varejistas com o objetivo de apurar a prática de condutas ilícitas, além de verificar a utilização do software do PAF/ECF, instrumento de controle fiscal que dificulta a sonegação de ICMS, ao qual o setor estava obrigado a utilizar desde 2010.

Dos 48 postos revendedores que foram fiscalizados, 43 foram autuados, tendo sido lavrados 225 autos de infração, perfazendo um total de R\$ 8.230 milhões em autuações.

✓ **Operação Corujão (SEFAZ/PM/PRF)**

Operação com a finalidade de coibir o comércio e o transporte irregular de rochas ornamentais. Foram realizadas operações abordando caminhões nas rodovias em pontos itinerantes e horários diversos, inclusive no período noturno, devido à alta incidência de transportes realizados neste horário, gerando aproximadamente R\$ 2 milhões em autuações.

✓ **Semana de Mobilização de Educação Tributária e Combate à Sonegação Fiscal e Operação Presença (SEFAZ/MPES)**

A Semana de Mobilização de Educação Tributária e Combate à Sonegação Fiscal objetivou conscientizar a sociedade sobre a importância econômica e social dos tributos, as consequências da sonegação, além de informar sobre os instrumentos existentes para controle da arrecadação e da aplicação desses recursos.

Simultaneamente ao evento, foi promovida a Operação Presença, no comércio da Grande Vitória e no interior, na qual os auditores fiscais verificaram o cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes, aproveitando para conscientizá-los sobre a importância dos tributos para a sociedade.

## **8.6. Política Tributária Estadual**

### **8.6.1. Legislação Tributária**

Projetos de Lei:

1. Lei nº 10.170, de 10.01.14 – prorroga prazos para pagamento de AI ou ND e impugnações ou recursos fiscais na hipótese de emergência ou de calamidade pública.
2. Lei nº 10.200, de 04.04.14 - altera o art. 3º, §§ 1º e 4º, da Lei n.º 10.161, prorrogando o prazo de adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais.

3. Lei nº 10.232, de 29/07/2014 - introduz alterações no art. 75 da Lei n.º 7.000, de 2001, que trata das multas por infrações à legislação tributária.
4. Lei nº 10.261, de 29/07/2014 - introduz alterações na Lei nº 10.161, de 27.12.2013, sobre o programa de parcelamento de débitos fiscais.

Decretos:

1. Decreto nº 3.516-R, de 03.02.14 – estende aos portadores de deficiência auditiva a isenção do IPVA aos portadores de deficiência física, visual, mental e autismo.
2. Decreto nº 3.531-R, de 18.02.14 - dispõe sobre procedimentos para fruição dos benefícios concedidos no âmbito do INVEST-ES.
3. Decreto nº 3.352-R, de 18.02.14 - concede isenção nas aquisições internas e importações do exterior, de máquinas e equipamentos às empresas afetadas pelas chuvas ocorridas no mês de dezembro de 2013.
4. Decreto nº 3.581-R, de 27.05.14 - trata da inscrição de produtor rural em reserva indígena e em comunidade tradicional quilombola.
5. Decreto nº 3.601-R, de 30.06.14 - trata dos benefícios às operações realizadas pelas indústrias do vestuário, confecções ou calçados.
6. Decreto nº 3.619-R, de 21.07.14 - aumenta o prazo máximo de carência nos contratos de financiamento das operações realizadas ao amparo da Lei n.º 2.508, de 1970.
7. Decreto nº 3.698-R, de 17.11.14 - prorroga crédito presumido ao estabelecimento industrial moageiro e à indústria de preparação de misturas para bolos e pizzas.
8. Decreto nº 3.739-R, de 22.12.14 – prorroga redução da base de cálculo nas operações com produtos farmacêuticos.
9. Decreto nº 3.741-R, de 22.12.14 – estende, aos demais segmentos signatários de Contrato de Competitividade, diferimento nas aquisições de máquinas e equipamentos concedido às indústrias gráfica e de rochas ornamentais.
10. Decreto nº 3.744-R, de 23.12.14 – estabelece redução da base de cálculo do ICMS nas saídas de móveis produzidos sob encomenda neste Estado a consumidor final e estende à indústria de colchoaria os benefícios concedidos à indústria moveleira.



ATIVIDADES	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	T	
Projetos de Lei	1	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	4	
Decretos	9	13	1	7	10	3	5	11	3	5	3	26	96	
Portarias	1	3	2	2	6	3	3	3	3	6		4	36	
Ordens de Serviço	Suspensão	6	20	14	14	12	13	31	19	15	22	7	19	192
	Exclusão	1	1	-	-	-	-	-	2	1	-	4	2	11
	Reativação	1	-	2	2	4	1	6	3	-	3	-	4	26
	Cancelamento	-	1	-	1	1	-	-	1	2	-	1	-	7
	Outros	-	1	1	-	-	1	1	1	1	1	15	1	23
Pareceres	3	-	1	2	1	-	1	1	-	2	1	-	12	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>39</b>	<b>21</b>	<b>29</b>	<b>35</b>	<b>21</b>	<b>48</b>	<b>41</b>	<b>25</b>	<b>39</b>	<b>31</b>	<b>56</b>	<b>407</b>	

Fonte: GETRI

### 8.6.2. Orientação Tributária

Em 2014, foram elaborados 530 Pareceres, nos seguintes termos:

Informativo	24
Consultivo	79
Orientação Interna	41
Restituição (ICMS, ITCMD, Taxas e Multas)	371
Homologação e Transferência de Crédito	10
Outros	05

No tocante à orientação eletrônica (e-mail), foram produzidas 4.518 soluções de consulta por este canal. Destacamos, ainda, a realização de 509 atendimentos presenciais, agendados pelo mesmo canal de orientação eletrônica.

### 8.6.3. Regimes Especiais

Descrição do Parecer	Situação		Total
	Deferido	Indeferido	
Regime Especial Obrigação Acessória	33	59	92
Termos de Acordo SEFAZ	04	18	22
<b>Total de Pareceres</b>	<b>37</b>	<b>77</b>	<b>114</b>

#### 8.6.4. Julgamento de Processos em Primeira Instância Administrativa

Com relação aos julgamentos de processos administrativos em 1ª instância, foram proferidas 413 decisões, totalizando 690.225.298,7356 VRTEs, o que corresponde a R\$ 1.740.057.978,11.

<b>Autos de Infração</b>	<b>Quant.</b>	<b>VRTEs</b>
Procedente	259	635.927.018,0030
Procedentes com retroatividade	13	2.635.856,4944
Parcialmente Procedente	40	40.542.385,5474
Parcialmente Procedente com Retroatividade	1	102.487,8161
Nulos	26	2.590.733,5584
Improcedentes	63	8.252.142,2718
<b>TOTAL DE AI JULGADOS</b>	<b>402</b>	<b>690.050.623,6911</b>

<b>Notificação de Débito</b>	<b>Quant.</b>	<b>VRTEs</b>
Procedente Total	6	75.627,8988
Procedente Parcial	5	99.047,1457
<b>TOTAL DE ND JULGADOS</b>	<b>11</b>	<b>174.675,0445</b>

<b>Movimentação de Processos</b>	<b>Quant.</b>
<b>Estoque Inicial</b>	<b>12.287</b>
<b>Entradas (+)</b>	<b>3.065</b>
<b>Saídas (-)</b>	<b>3.627</b>
<b>Estoque Final</b>	<b>11.725</b>

Fonte: SUBSER/GETRI/SUJUP

#### 8.7. Julgamento de Processos no Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF

No ano de 2014, o Conselho Estadual de Recursos Fiscais – CERF recebeu 228 recursos, que somados aos 45 recursos de 2013 pendentes de análise, totalizaram 273 recursos. Deste número, 220 foram julgados, totalizando o valor de 324.680.949,4557 VRTEs.

### 8.7.1. Movimentação dos Recursos no CERF

Recursos a serem apreciados 31/12/2013	Entradas	Total	Saídas		Pendentes 31/12/2014 (1)
			Recursos Julgados	Denegado Seguimento	
45	228	273	220	12	41 <sup>2</sup>

Nota:

<sup>1</sup> Situação dos pendentes: diligências: 3; diligenciado 1; para pauta: 1; relatados: 6; com conselheiros: 13; com procuradores: 17.

<sup>2</sup> Valor do crédito tributário pendente de Julgamento: 40.889.570,7280 VRTEs. 1 VRTE = R\$2,6871 (2015). R\$109.874.365,50

### 8.7.2. Valores dos Créditos Tributários Relativos aos Recursos Julgados por Espécie

Ano	De Ofício	Voluntário	Impugnação (royalties)	Pleno		Total em VRTE
				Revista	Voluntário*	
2014	56.504.059,8559	253.760.198,0634	321.021,6200	12.970.448,9464	1.125.220,9700	324.680.949,4557

Nota: \* Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

### 8.8. Assistência ao Contribuinte

A SEFAZ, por meio da Gerência de Atendimento ao Contribuinte – GEACO, sempre buscou estreitar os laços de relacionamento com os contribuintes por meio de promoção de reuniões e seminários com diversas classes e segmentos econômicos, visando a esclarecer dúvidas acerca da legislação tributária, bem como informar novos procedimentos adotados pela Secretaria que impactam diretamente nestes contribuintes.

Canais diretos de comunicação com os contribuintes:

- ✓ atendimento presencial- realizado pelas 13 Agências da Receita Estadual e pelos Núcleos de Atendimento ao Contribuinte – NACs;
- ✓ atendimento virtual - realizado por meio da Agência Virtual – AGV, Fale Conosco, Perguntas e Respostas, Cadastro Simplificado – CADSIM, disponibilizados no site da SEFAZ.

Buscando proporcionar aos contribuintes um atendimento mais célere e sem a necessidade de deslocamentos estão sendo desenvolvidos novos serviços nos canais de atendimento virtual.

### **8.8.1. Agência Virtual**

No exercício de 2014, foram disponibilizados aos contribuintes, na Agência Virtual, mais dois serviços online:

- ✓ O Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, possibilitando, mediante termo de adesão, a intimação do contribuinte, bem como a tramitação dos processos de auto de infração em meio digital, visando agilidade e economia processual. Atualmente, 13.174 contribuintes já aderiram ao DTE, com a expectativa deste número chegar a 20.000, até final de 2015.
- ✓ A opção de pagamento de parcelamentos via débito automático em conta bancária BANESTES.

Nesse período, novos termos de adesão à Agência Virtual foram efetivados, elevando o percentual de usuários para 95% dos contribuintes. Foram respondidos uma média de 15 mil mensagens por e-mail, dirimindo dúvidas referentes aos serviços prestados.

### **8.8.2. Sistema Fale Conosco**

A equipe do Fale Conosco trabalha no atendimento a dúvidas sobre procedimentos, além de receber reclamações/sugestões por email. No ano de 2014, atendeu cerca de 10.200 e-mails, representando um aumento de 493,23% em relação a 2013, seu primeiro ano de funcionamento.

No mês de agosto, assumiu o atendimento dos e-mails destinados à NF-e/ CT-e/ MDF-e nos respectivos grupos de e-mail: nfe@sefaz.es.gov.br/, cte@sefaz.es.gov.br/, e mdfe@sefaz.es.gov.br. De agosto a dezembro, foram atendidos em média 5.500 e-mails.

Iniciou-se em outubro o atendimento a e-mails destinados à Central CADSIM, atendendo de outubro a dezembro, uma média de 1.200 e-mails.

A página das Perguntas e Respostas recebeu 46.129 visualizações. Foram publicadas 108 novas questões: 80 sobre NF-e, e 28 sobre EFD. Ao todo, disponibilizamos 505 questões sobre 22 assuntos, que recebem manutenção permanente.

Em 2014, houve uma redução no prazo para resposta, de 25 horas em janeiro/2014, passou para 4 horas em novembro do mesmo ano.

Dos 1.032 usuários que responderam à Pesquisa de Satisfação, por meio do sistema no PSS, 93,7% aprovaram o serviço.

### **8.8.3. Sistema CADSIM – Cadastro Simplificado, utilizando o Registro Integrador da Junta Comercial - REGIN**

Por meio do atendimento virtual (CADSIM), a SEFAZ realizou em 2014 mais de 22 mil procedimentos cadastrais, conforme tabela abaixo:

<b>Agência da Receita Estadual</b>	<b>Quantidade de Municípios</b>	<b>Inscrições</b>	<b>Alterações</b>	<b>Total</b>
Alegre	7	169	387	556
Aracruz	3	162	404	566
Barra de São Francisco	5	182	408	590
Cachoeiro de Itapemirim	14	860	2.125	2.985
Cariacica	5	684	1.629	2.313
Colatina	10	725	1.365	2.090
Guarapari	4	435	492	927
Linhares	3	396	833	1.229
São Mateus	8	725	956	1.681
Serra	4	1.110	2.491	3.601
Venda Nova do Imigrante	8	264	576	840
Vila Velha	1	841	2.020	2.861
Vitória	1	837	2.390	3.227
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>7.390</b>	<b>16.076</b>	<b>23.466</b>

Fonte: SUBSER/GEACO

#### 8.8.4. Agências da Receita Estadual – Atendimento Presencial

No ano de 2014, as Agências da Receita Estadual registraram cerca de 7.156 atendimentos presenciais sobre demandas não atendidas pelo CADSIM, efetivados com processos SEP.

Agência da Receita Estadual	Municípios	Inscrições	Alterações	Reativações	Baixa	Total
Alegre	7	33	12	24	70	139
Aracruz	3	164	46	63	127	400
Barra de São Francisco	5	29	33	62	30	154
Cachoeiro de Itapemirim	14	124	68	244	78	514
Cariacica*	5	-	-	-	405	405
Colatina	10	4	31	81	125	241
Guarapari*	4	-	-	-	35	35
Linhares	3	59	62	36	99	256
São Mateus	8	86	34	55	151	326
Serra*	4	-	-	-	195	195
Venda Nova do Imigrante	8	860	354	65	45	1.324
Vila Velha*	1	-	-	-	145	145
Vitória*	1	867	810	994	351	3.022
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>2.226</b>	<b>1.450</b>	<b>1.624</b>	<b>1.856</b>	<b>7.156</b>

Fonte: SUBSER/GEACO

Nota: \*Municípios atendidos pela ARE de Vitória.

### 9. Participações Acionárias do Estado

Os investimentos em participações societárias dos Órgãos da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta do Governo do Estado do Espírito Santo, em 31/12/2014, foram avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), pelo Método de Custo (MC) e pelo Método do Valor Justo (MVJ), assim como os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) das Investidoras/Controladoras em suas Coligadas/Investidas/Controladas.

Investimentos em participações societárias derivam de operações nas quais a investidora adquire ações de outra sociedade, denominada investida. E as participações societárias, dependendo da intenção da investidora, podem ser classificadas em permanentes ou temporárias.

Para fins contábeis, existem três métodos de avaliação de investimentos em participações societárias: Método da Equivalência Patrimonial (MEP), Método de Custo (MC) e o Método do Valor Justo (MVJ).

As "Participações Societárias Permanentes" são adquiridas com a intenção de permanência e classificadas no "Ativo Não Circulante/Investimentos", sendo avaliadas pelo MEP (Método da Equivalência Patrimonial) ou MC (Método de Custo).

As "Participações Societárias Temporárias" são adquiridas exclusivamente para fins especulativos e classificadas no "Ativo Circulante" ou no "Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo", sendo avaliadas pelo MVJ (Método do Valor Justo).

### **9.1 Registro dos Investimentos em Participações Societárias Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial:**

As participações em sociedades em que a administração tenha influência significativa (coligadas) ou o controle (controladas) devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

Coligadas são as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.

Influência Significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, sem controlá-la ou se o investidor mantém direta ou indiretamente vinte por cento (20%) ou mais no poder de voto da investida.

Controladas são as sociedades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas (indiretamente), é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e para que ocorra o controle, a investidora (controladora) tem que ter, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações (ordinárias = capital votante) com direito a voto da investida (controlada). O capital social de uma companhia pode ser formado por ações preferenciais (que não tem direito a voto) e por ações ordinárias (que tem direito a voto), ou seja, o capital

social = capital não votante + capital votante, sendo que o percentual máximo (0% ≤ preferenciais ≤ 50%) de ações preferenciais é de 50% e o percentual mínimo (50% ≤ ordinárias ≤ 100%) de ações ordinárias corresponde a 50% do capital social da sociedade.

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), um investimento em coligada é inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor no superávit ou déficit do período, gerados pela investida após a aquisição. A parte do investidor no superávit ou déficit do período da investida é reconhecida no superávit ou déficit do período do investidor. As distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento.

Segue abaixo a demonstração dos Investimentos avaliados pelo MEP (Método da Equivalência Patrimonial) de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo, para os anos 2013 e 2014:

a) Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN:

<b>Companhia Espírito Santense de Saneamento</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
Capital Social (R\$)	1.123.874.593	1.593.089.174
Ações em Circulação	1.123.874.593	1.593.089.174
Ações Pertencentes ao Estado	879.552.811	1.332.271.457
Percentual Participação Capital Social (%)	78	84
Patrimônio Líquido (R\$)	1.324.046.000	1.718.808.000
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)</b>	<b>1.036.208.478</b>	<b>1.437.407.821</b>
Saldo na conta "Investimentos" (R\$)	- 1.008.804.389	- 1.036.208.478
<b>Resultado do MEP no Ano (R\$)</b>	<b>27.404.088</b>	<b>- 25.795.782</b>
Aumento de Capital – AGO em 08/07/2013 (R\$)	-	426.995.125
<b>Valor Atualizado Participações Societárias (R\$)</b>	<b>1.036.208.478</b>	<b>1.437.407.821</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

Do total de ações da Cesan, 253.270.253 ações pertencem à ADERES (Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo) totalizando 15,898059% do Capital Social da empresa. Esta participação foi apurada pelo MEP no ano de 2014, cujo saldo da conta de "Investimentos" da ADERES, em 31/12/2014, é de R\$ 280.125.940,58.



b) Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – BANDES:

<b>Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
Capital Social (R\$)	204.268.781	204.268.781
Ações que compõem o Capital Social	15.073.413.892	15.073.413.892
Ações em Tesouraria (-)	- 24.162.251	- 24.162.251
Ações em Circulação	15.049.251.641	15.049.251.641
Ações Pertencentes ao Estado	10.709.347.015	10.709.347.015
Percentual Participação Capital Social (%)	71	71
Patrimônio Líquido (R\$)	238.123.000	258.739.000
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)</b>	<b>169.453.067</b>	<b>184.123.822</b>
Saldo na conta "Investimentos" (R\$)	- 165.987.287	- 169.453.067
<b>Resultado do MEP no Ano (R\$)</b>	<b>3.465.780</b>	<b>14.670.756</b>
Aumento de Capital com AFAC	-	-
<b>Valor Atualizado Participações Societárias (R\$)</b>	<b>169.453.067</b>	<b>184.123.822</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

c) Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES:

<b>Banco do Estado do Espírito Santo</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
Capital Social (R\$)	727.712.390	725.702.305
Ações em Circulação	1.515.152.000	1.579.564.303
Ações Pertencentes ao Estado	1.395.807.092	1.458.951.171
Percentual Participação Capital Social (%)	92	92
Patrimônio Líquido (R\$)	901.919.000	1.041.047.000
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)</b>	<b>830.876.992</b>	<b>961.554.231</b>
Saldo na conta "Investimentos" (R\$)	- 803.842.507	- 830.876.992
<b>Resultado do MEP no Ano (R\$)</b>	<b>27.034.486</b>	<b>107.677.239</b>
Aumento de Capital com AFAC (R\$)	-	23.000.000
<b>Valor Atualizado Participações Societárias (R\$)</b>	<b>830.876.992</b>	<b>961.554.231</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

d) Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB:

<b>Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
Capital Social (R\$)	28.840.658,00	93.473.015,36
Ações em Circulação	28.840.658	93.473.015
Ações Pertencentes ao Estado	28.840.637,00	93.472.994,00
Percentual Participação Capital Social (%)	99,99992712	99,99997753
Patrimônio Líquido (R\$)	4.243.214,00	4.100.085,98
Ajuste do PL pelo MEP (AFAC)(R\$)	-73.462.476,56	-
Valor da Integralização do Capital Social (R\$)	-	64.632.357,36
Valor do PL (Negativo) Ajustado (R\$)	-66.038.080,00	-
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)</b>	<b>- 66.038.032</b>	<b>93.473.015</b>
Saldo na conta "Provisão p/Perdas" (R\$)	64.194.136,47	66.038.031,92
<b>Resultado do MEP no Ano (R\$)</b>	<b>- 1.843.895</b>	<b>-32.165.017</b>
<b>Valor Atualizado da Provisão p/Perdas (R\$)</b>	<b>- 66.038.032</b>	<b>-98.203.049</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

e) Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano – COMDUSA:

<b>Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
Capital Social (R\$)	3.126.108	3.126.108
Ações em Circulação	141.185.474	141.185.474
Ações Pertencentes ao Estado	141.185.474	141.185.474
Percentual Participação Capital Social (%)	100	100
Patrimônio Líquido (R\$)	12.431.292	- 72.255
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)</b>	<b>12.431.292</b>	<b>3.126.108</b>
Valor da Provisão P/Perdas Prováveis (R\$)	-	- 3.126.108
Saldo na conta "Investimentos" (R\$)	- 10.026.401	- 12.431.292
<b>Resultado do MEP no Ano (R\$)</b>	<b>2.404.890</b>	<b>- 9.305.184</b>
<b>Valor Atualizado Participações Societárias (R\$)</b>	<b>12.431.292</b>	<b>-</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

f) Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo – COHAB:

<b>Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014 **</b>
Capital Social (R\$)	4.525.000	4.525.000
Ações em Circulação	69.201.819.208	69.201.819.208
Ações Pertencentes ao Estado	68.601.677.355	68.602.245.303
Percentual Participação Capital Social (%)	99	99
Patrimônio Líquido (R\$)	3.186.000	21.849.000
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)</b>	<b>3.158.370</b>	<b>-</b>
Saldo na conta "Investimentos" (R\$)	- 3.171.234	- 3.158.370
<b>Resultado do MEP no Ano (R\$)</b>	<b>- 12.864</b>	<b>-</b>
<b>Valor Atualizado Participações Societárias (R\$)</b>	<b>3.158.370</b>	<b>3.158.370</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

g) Fundo de Desenvolvimento e Participações do Estado do Espírito Santo – FUNDEPAR:

<b>Fundo de Desenvolvimento e Participações do Estado do Espírito Santo</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
Capital Social (R\$)	-	200.000.000
Ações em Circulação	-	200.000.000
Ações Pertencentes ao Estado	-	200.000.000
Percentual Participação Capital Social (%)	-	100
Patrimônio Líquido (R\$)	-	208.197.000
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)</b>	<b>-</b>	<b>208.197.000</b>
Saldo na conta "Investimentos" (R\$)	-	- 200.000.000
<b>Resultado do MEP no Ano (R\$)</b>	<b>-</b>	<b>8.197.000</b>
<b>Valor Atualizado Participações Societárias (R\$)</b>	<b>-</b>	<b>208.197.000</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

h) Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASA:

<b>Centrais de Abastecimento do Espírito Santo</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
Capital Social (R\$)	2.482.024	2.482.024
Ações em Circulação	2.482.024	2.482.024
Ações Pertencentes ao Estado	2.299.496	2.299.496
Percentual Participação Capital Social (%)	93	93
Patrimônio Líquido (R\$)	3.211.375	3.024.365
Ajuste do PL pelo MEP (AFAC) (R\$)	- 677.533	- 677.533
Valor do Patrimônio Líquido Ajustado (R\$)	2.533.843	2.346.833
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)</b>	<b>2.347.504</b>	<b>2.174.247</b>
Saldo na conta "Investimentos" (R\$)	- 354.668	- 2.347.504
<b>Resultado do MEP no Ano (R\$)</b>	<b>1.992.836</b>	<b>- 173.257</b>
<b>Valor Atualizado Participações Societárias (R\$)</b>	<b>2.347.504</b>	<b>2.174.247</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

i) Companhia de Desenvolvimento de Projetos Especiais – CODESPE:

<b>Companhia de Desenvolvimento de Projetos Especiais</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013 **</b>	<b>31/12/2014 ***</b>
Capital Social (R\$)	2.581.816,37	-
Ações em Circulação	2.581.816,00	-
Ações Pertencentes ao Estado	2.581.816,00	-
Percentual Participação Capital Social (%)	100,00	-
Patrimônio Líquido (R\$)	- 866.460,24	-
<b>Valor do Investimento Apurado pelo MEP</b>	-	-
<b>Ajuste Valor Recuperável do Investimento (R\$)</b>	- <b>2.581.816</b>	-
Baixa do Saldo da conta "Investimentos" (R\$)	- 4.023.293,13	-
Saldo na conta "Investimentos"	-	-
<b>Resultado do MEP no Ano</b>	-	-
<b>Valor Atualizado Participações Societárias</b>	-	-

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas;

\*\* O saldo das contas do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido em 31/12/2012 da CIDA S/A foram transferidos para a CODESPE S/A em virtude da Incorporação da CIDA S/A (Extinta) pela CODESPE S/A, conforme AGOE de 29/04/2013;

\*\*\* A CODESPE S/A foi extinta conforme AGOE de 22/04/2014 e Relatório de Extinção em 30/04/2014, publicado no DIO-ES em 15/07/2014.

## **9.2 Reconhecimento dos Investimentos em Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Custo**

Os investimentos em participação no capital social em outras sociedades serão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas.

O "Método de Custo" é aplicável aos investimentos em outras sociedades que não são coligadas (não há influência significativa) e nem controladas (possuir menos de 50% das ações ordinárias/capital votante e nem haver influência significativa na investida). Esse método baseia-se no fato de que a investidora registra somente as operações ou transações baseadas em atos formais, pois, de fato os dividendos são registrados como receita no momento em que são declarados e distribuídos, ou reconhecidos pela empresa investida.

Por este método (MC), os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas.

Segue abaixo, a demonstração do Investimento avaliado pelo MC (Método de Custo) de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo:

a) Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA:

<b>Companhia Docas do Espírito Santo</b>		
<b>Período de Apuração MEP na Investidora</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>
Valor da Partic. da União no Capital Social (R\$)	234.860.408	271.996.214
Valor da Partic. do Estado no Capital Social (R\$)	5.194.242	1.917.664
Valor da Partic. de Outros no Capital Social (R\$)	511	8
<b>Valor do Capital Social da Codesa (R\$)</b>	<b>240.055.161</b>	<b>273.490.299</b>
<b>Valor Partic. do Estado no Capital Social (R\$)</b>	<b>5.194.243</b>	<b>1.917.664</b>
<b>Valor da Redução de Investimento (R\$)</b>	-	- <b>3.882.782</b>
Valor da Provisão P/Perdas Prováveis (R\$)	-	- 423.587
<b>Saldo do AFAC (R\$)</b>	<b>1.260.931</b>	<b>970.766</b>
Valor Integralizado do Capital Social (R\$)	- 414.449	- 606.204
Correção (Taxa Selic) do Saldo de AFAC (R\$)	124.285	91.461
<b>Saldo Atualizado de AFAC (R\$)</b>	<b>970.766</b>	<b>456.024</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

O investimento do Estado do Espírito Santo na Codesa S/A é avaliado pelo Método de Custo, pois o percentual de participação do Estado em seu Capital Social é de 0,5463%.

b) Superintendência de Projetos de Polarização Industrial – SUPPIN:

<b>Superintendência de Projetos de Polarização Industrial</b>	
<b>Sociedades</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
Cesan S/A	3.170.233
<b>Total</b>	<b>3.170.233</b>

\* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

Do total (1.593.089.174) de Ações da Cesan S/A, 3.023.902 ações pertencem a SUPPIN (Entidade da Administração Indireta vinculada ao Poder Executivo Estadual) que representam 0,189814% do Capital Social da Cesan S/A.

### 9.3 Registro dos Investimentos em Participações Societárias Avaliadas pelo Método do Valor Justo (Preço de Mercado)

Os títulos patrimoniais de outras companhias mantidos pela investidora constituem um ativo financeiro que é um instrumento financeiro e podem ser classificadas como disponíveis para venda ou destinadas à negociação.

As aplicações em instrumentos financeiros (investimentos temporários em ações de outras empresas) serão avaliadas pelo "Método do Valor Justo" (MVJ), quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

"Valor Justo" (Fair Value) é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Segue abaixo a demonstração dos Investimentos avaliados pelo MVJ (Método do Valor Justo) de propriedade dos Órgãos da Administração Direta (Centralizada) do Poder Executivo Estadual:

Empresa	Saldo do Investimento em 31/12/2013 (R\$)	Quantidade de Ações		Cotação em 30/12/2014 (R\$)		Saldo do Investimento em 31/12/2014 (R\$)
		Ordin.	Prefer.	ON	PN	
<b>Petrobras S/A</b>	3.857.917	177.360	59.832	10	10	2.300.399
<b>Telefônica Brasil S/A</b>	185.176	1.886	2.514	40	46	191.442
<b>Tim Particip. S/A</b>	40.073	3.250	-	12	-	38.285
<b>OI S/A</b>	27.764	2.617	5.102	9	9	67.874
<b>Embratel S/A</b>	15.631	917	917	14	13	24.511
<b>Telebrás S/A</b>	659	91	91	2	1	308

<b>Governo do Estado / SEFAZ / SEAG / FES</b>	
<b>Sociedades</b>	<b>Saldo em 31/12/2014 (R\$)</b>
Contax Participações S/A	420
Telenorte Leste Participações S/A	4.834
OI S/A	13
Outras Participações	2.500
<b>Total</b>	<b>7.767</b>

#### **9.4 Registro de Aportes Provenientes dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital**

Os "Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital" (AFAC) são os recursos recebidos pela empresa de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital. Os aportes correspondentes realizados ao longo do exercício de 2014 está descrito conforme o quadro a seguir:

<b>Sociedades</b>	<b>Saldo em 31/12/2013 (R\$)</b>	<b>Aumento/Redução (R\$)</b>	<b>Saldo em 31/12/2014 (R\$)</b>
Ceasa S/A	677.533	-	677.533
Codesa S/A (1)	970.766	- 514.743	456.024
Banestes S/A (2)	23.000.000	- 23.000.000	-
Bandes S/A (3)	392.109	6.499.198	6.891.307
Cesan S/A (4)	507.818.586	- 389.652.686	118.165.901
Ceturb S/A (5)	73.462.477	- 57.396.968	16.065.509
TJ-ES (UG) (6)	6.130	- 6.130	-
FUNDEPAR-ES (7)	200.000.000	- 200.000.000	-
<b>Total</b>	<b>806.327.601</b>	<b>- 664.071.327</b>	<b>142.256.273</b>